

A PEC 241/2016 e a destruição do Estado Brasileiro pelo governo interino golpista

Por Francisca Pini e Luiz Fenelon

No próximo dia 12 de agosto, o governo golpista completa 90 dias e já apresentou um conjunto de ações que eliminam direitos do povo brasileiro.

São inúmeras as medidas contra a população e todas elas para favorecer o grande capital. Os ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, da Justiça, da Saúde e da Educação são os mais estratégicos para efetivar as medidas destinadas a colocar o Brasil nas mãos do mercado.

O retrocesso é tão grande que o governo interino, que se iniciou com o *slogando* “ajuste fiscal”, e acusava a presidenta Dilma de gastar demais e de não buscar o superávit fiscal, logo no primeiro mês ampliou a meta do déficit fiscal de 90 bilhões para 170 bilhões; é muito contraditório. O governo golpista já anunciou mudanças na previdência social, nos direitos trabalhistas, nas políticas sociais, nos direitos humanos, agricultura, educação e saúde, dentre outras. Todas com objetivo de cortar recursos orçamentários destinados aos trabalhadores e população em geral para arrecadar mais.

Também já aprovou no Congresso Nacional o fim da exclusividade da Petrobras na extração do pré-sal, além de permitir a venda das reservas e, rapidamente, já vendeu um campo de petróleo: o campo de Carcará, por 4,4 bilhões de dólares agora e mais 4,4 bilhões financiado. Isso para um campo estimado, por baixo, no valor de 22 bilhões. Este é o modo como agem os golpistas: vendem, financiam e abrem as portas para o capital internacional, em nome do “desenvolvimento econômico”.

De todas as medidas do executivo já encaminhadas ao Congresso, o Projeto de Emenda Constitucional 241 (PEC 241/2016, que foi apresentado no dia 15 de junho e no dia 02/08/2016 se encontrava na

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC) propõe um novo regime fiscal, que tem deixado a classe trabalhadora de cabelos em pé em face do potencial destrutivo de todas as conquistas sociais, políticas e econômicas dos últimos 30 anos. O projeto prevê o congelamento das despesas governamentais por 20 anos. É assim que eles querem o crescimento do Brasil?

Como ficarão as políticas básicas de saúde, habitação, educação, assistência social, cultura, dentre outras? A proposta deste governo é congelar o crescimento dos serviços públicos por 20 anos. Manter o Estado no mesmo nível de hoje, 2016, até o ano de 2036. Nossa Constituição Federal, que garante os direitos do povo brasileiro, passaria a garantir o arrocho ao povo brasileiro.

Em quase 30 anos da Constituição Federal, é importante ressaltar, a conquista do art. 3º, que trata dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: *“construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*.

No art. 6º da CF, de 1988, conquistamos os direitos sociais pela primeira vez em 488 anos de existência: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Processualmente, o Brasil está avançando para assegurar a materialidade desses direitos, quando organizou o tripé da seguridade social: saúde, previdência e assistência social, que representa a forma como o Brasil garante ao povo brasileiro o sistema de proteção social. E isso não pode retroceder!!

Os recursos para assegurar a execução dessas políticas são oriundos de uma diversidade de fontes de receitas (art. 195), provenientes do orçamento da União, dos Estados e Municípios, e das contribuições sociais feitas pelas empresas e pelos trabalhadores.

São estes direitos que o governo ilegítimo quer acabar. Já avisaram que vão “economizar” mais de 7 bilhões ao cortar pagamentos

das políticas sociais básicas. Isto significa cortar recursos dos setores mais desprotegidos social e economicamente de nosso país. Significa cortar de quem não tem como se defender.

É isso. O Estado vai continuar arrecadando impostos, mas não vai repassar aos(as) trabalhadores(as). O congelamento dos recursos para o Estado também significa o fim dos concursos públicos por 20 anos. Significa colocar o Estado nas mãos de um trabalho desprotegido e precarizado. Com isso eles pretendem estimular a privatização e a terceirização dos serviços públicos.

Nos últimos 30 anos, conquistamos um conjunto de valores que contrariam a cultura violenta, predatória, assentada na falta de direitos, que predominou na história do Brasil por vários séculos. Entretanto, isso não significou mudança cultural e a implantação de um estado democrático de direito, pois a mudança, para concretizar-se, necessitava interferir nas estruturas da sociedade.

É necessário compreender que não é possível existir o novo, permanecendo imutáveis as mesmas estruturas de poder político e econômico que favorecem às oligarquias tradicionais. Hoje, os representantes dos interesses conservadores tratam de resistir e passaram a promover este Golpe no Estado Brasileiro.

Defender os avanços conquistados nas últimas décadas da recente democracia é defender as conquistas da Constituição de 1988, que apontam para a superação da fome, da falta de moradia e que assegura instrumentos de participação social na construção do Estado.

Por isso, a tarefa dos(as) trabalhadores(as) é continuar lutando pela democracia de base, direitos sociais, políticos, econômicos e direitos humanos, os quais indicam para a superação da contraditória sociedade capitalista, enfrentando aqueles que promovem o retrocesso. O projeto democrático popular é o promotor dos direitos humanos e da justiça social a toda a sociedade. Isto deve reger e ter uma incidência efetiva na vida pública de nosso país. Sim ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao Plano Nacional de Educação, à Política de Habitação, à Aposentadoria como

direito conquistado, à Política de Geração de Emprego e Renda, sim ao Petróleo Brasileiro e NÃO à PEC 241/2016.

Francisca Pini é assistente social, doutora em serviço social, diretora pedagógica do Instituto Paulo Freire e integrante do Comitê Estadual de Direitos Humanos.

Luiz Fenelon é economista.